

Crise, Ajuste Permanente e Rebaixamento dos Custos de Reprodução da Força de Trabalho no Brasil

Claudia Maria Costa Gomes¹

Nivalter Aires Santos²

Resumo

Objetivamos problematizar os desdobramentos da crise capitalista internacional e do ajuste permanente sobre a força de trabalho no Brasil (como medida contratendencial à queda das taxas de lucro). Para isso, em termos metodológicos, empreendemos uma revisão bibliográfica e documental, com base na crítica da economia política, apresentando dados que caracterizam a realidade vivenciada pela classe trabalhadora, determinada pelas medidas de política econômica implementada no Brasil pós 2016. O resultado desse processo tem sido um ajuste no sentido de contornar a crise através de ataques aos direitos dos trabalhadores, redução do acesso a serviços públicos, subtração do financiamento de direitos sociais.

Palavras-chave

Crise; Queda da Taxa de Lucro; Ajuste Permanente; Precarização.

Crisis, Permanent Adjustment and Lowering of Workforce Reproduction Costs in Brazil

Abstract

We aim to problematize the consequences of the international capitalist crisis and permanent adjustments to Brazil's workforce (as a countertrend to falling profit rates). To this end, in methodological terms, we present a bibliographic and documentary review based on the critique of political economy, presenting data that characterize the reality experienced by the working class, determined by the economic policy measures implemented in Brazil after 2016. The result of this process was an adjustment to overcome the crisis by attacking workers' rights, reducing access to public services, and decreasing funding for social rights.

Keywords

Crisis; Falling Rate of Profit; Permanent Adjustment; Precariousness.

Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024

Introdução

O objetivo do artigo é problematizar os desdobramentos da crise capitalista internacional e do ajuste permanente sobre a força de trabalho no Brasil, apresentando dados empíricos que caracterizam a realidade vivenciada pela classe trabalhadora, determinada pelas medidas de política econômica implementada no Brasil desde 2016. Durante o curso de nossas pesquisas³, empreendemos uma revisão bibliográfica e documental, com base na crítica da economia política, a qual nos ofereceu elementos para demonstrar que a imposição de uma política de ajuste financeiro como solução para a crise se revela como uma medida de contratendência à queda das taxas de lucro. Por seu caráter recorrente, a qualificamos como “ajuste permanente” (Montoro, 2023).

Essa política econômica é impulsionada pelos governos de plantão e gerenciada por meio de uma série de medidas de política monetária, cambial, fiscal, comercial e trabalhista, orientadas pelo comércio internacional, que impactam diretamente na estrutura tributária e nos gastos públicos, regulamentação do mercado de trabalho e salários. Sua funcionalidade para a ordem do capital implica restaurar a acumulação e o lucro na conjuntura de crise.

Para isso, a exigência da desvalorização da força de trabalho é um requisito fundamental, do qual a tendência decrescente dos custos de reprodução da força de trabalho é uma consequência que se expressa por meio da precarização da força de trabalho e do aniquilamento dos recursos naturais, cada vez mais escassos (Gomes, 2020).

Marx, em sua secular crítica da economia política, explica como as necessidades da acumulação capitalista promovem o aumento da exploração e pilhagem da força de trabalho, através da lei geral da acumulação capitalista (Marx, 2013), em que quanto maior a riqueza social, maior será o excedente relativo de trabalhadores. Dessa forma, impactando as condições de sobrevivência desses trabalhadores, aumentam os índices de pauperismo e desigualdade social. Tal ex-

posto nos põe a necessidade de qualificar, nessa conjuntura de crise, a relação entre as atuais formas de extração de mais-valor (desvalorização da força de trabalho, rebaixamento salarial, desregulamentação do mercado de trabalho, flexibilização de emprego e renda etc.) e o modelo de política econômica voltada ao aumento das taxas de lucro.

A hipótese que levantamos sugere que o avanço da crise mundial impõe novas condições e possibilidades de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, cujos adensamentos por meio de políticas econômicas dos sucessivos governos brasileiros, ditadas pelo FMI, estão diretamente relacionados aos fatores contra restantes da lei tendencial à queda da taxa de lucro, como uma determinação imposta pela crise mundial, os quais reproduzem com mais força a dependência e subordinação do Brasil ao capital internacional, especialmente, a partir de 2015.

À vista disso, intencionamos investigar os desdobramentos da crise capitalista internacional e do ajuste (permanente) sobre o “mercado de força de trabalho” no Brasil, observando, sobretudo, os elementos contra tendências à queda da taxa de lucro implementados após 2016, aplicados à revelia das condições de vida e trabalho do conjunto dos trabalhadores brasileiros que vem passando por uma deterioração significativa a partir desse período.

Sobre a Crise do Capital

O sistema de acumulação do capital – tal qual conhecemos no século XXI – decorre de como o capitalismo saiu da crise estrutural anterior. Com isso, o neoliberalismo, enquanto resposta histórica à crise estrutural de fins dos anos 1960 e 1970, pode ser caracterizado pela financeirização da produção, do comércio e da reprodução social, pela “globalização” e pela reestruturação produtiva⁴.

Podemos identificar a financeirização como a principal força motriz da reestruturação da economia mundial após os anos 1970. Com isso, não queremos dizer que esse processo significou um “golpe” do setor fi-



nanceiro contra o capital produtivo, o que aconteceu foi que as finanças se tornaram hegemônicas à medida que o capital financeiro⁵ passou a comandar a atividade econômica e a reprodução do capital como um todo, permeando, inclusive, as relações sociais (Saad Filho, 2023).

A hipertrofia das finanças não foi um desvio do sistema ou um defeito, foi, na verdade, uma proposta de “solução” para a determinação estrutural do modo de produção capitalista: a tendência à queda da taxa de lucro. Visando fugir da baixa lucratividade, os grandes capitais passaram a privilegiar o setor financeiro (Carcanholo, R., 2009).

Na esteira da financeirização aconteceu aquilo que pode ser identificado sob o título de “globalização”. Ou seja, um amplo processo de transnacionalização da produção, acompanhado da liberalização do comércio, das finanças e dos fluxos de capitais. O resultado foi que a financeirização aumentou o tamanho e os lucros do capital portador de juros, contribuindo para transnacionalizar as operações e ganhos dos grandes conglomerados industriais e financeiros. Além disso, contribuiu para consolidar o neoliberalismo globalmente, através da ameaça perpétua de fuga de capitais se as políticas econômicas e sociais divergem dos interesses da entidade chamada “mercado” (Saad Filho, 2023).

O processo de reestruturação dos sistemas produtivos nacionais significou a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias que impactou decisivamente (e negativamente) no mercado de trabalho. A desregulamentação e a flexibilização das legislações trabalhistas tornaram-se marca dos novos tempos. A primeira significou uma atitude absenteísta do Estado, deixando ao mercado de trabalho a função de autorregular-se em diversas dimensões; enquanto a segunda significou o afrouxamento, ou no extremo, a eliminação da proteção trabalhista instituída anteriormente (Marconsin *et al.*, 2012).

Em síntese, a partir da década de 1970, aconteceu um processo de reestruturação econômica, um reajustamento social e político, e o padrão de acumulação flexível, conforme expressão de David Har-

vey, passou a dominar a organização industrial e vida social e política em confronto direto com a rigidez do fordismo. Simultaneamente verificou-se uma ampla reorganização do sistema financeiro global, caracterizada por uma rápida disseminação e descentralização de atividades e fluxos financeiros, produzindo novos instrumentos e mercados financeiros. A complexidade dessa estrutura do sistema financeiro global resultou em fronteiras nacionais cada vez mais permeáveis às finanças (Harvey, 2007).

Desse modo, com a liberalização do controle de capitais e a adoção de regimes de câmbio flutuante, o sistema financeiro internacional foi elevado a um novo patamar. Houve mudança nos tipos de financiamento das empresas, expansão do mercado financeiro, crescimento sem precedentes de ativos financeiros e o surgimento de complexos instrumentos financeiros. Com isso, passou a ocorrer uma maior instabilidade acompanhada de maior mobilidade de riscos financeiros (Thorstensen, *et al.* 2019). O resultado foi a incidência de diversas crises internacionais em diferentes períodos e lugares – alguns exemplos incluem a crise dos tigres asiáticos (1997), a crise brasileira (1999), a crise da argentina (2001) e a bolha das empresas ponto.com (2001).

Em função disso, Saad Filho (2023) propõe o paradoxo econômico do neoliberalismo, no qual mesmo contando com condições amplamente favoráveis à acumulação de capital – reestruturação produtiva, introdução de novas tecnologias e meios de comunicação, compressão dos salários, expansão de formas precárias de trabalho, aprofundamento do comércio desigual imposto aos países dependentes, novas formas de exploração e de espoliação, além da pilhagem sem precedente da natureza –, percebe-se uma espantosa incapacidade de efetivar essas condições. Isso decorre da crescente financeirização da economia que criou estruturas complexas baseadas em capital fictício, ou seja, pela busca especulativa de ganhos puramente financeiros. Desse modo, a acumulação financeira minou a capacidade de geração de novos valores.





A crise de 2008 foi resultado da financeirização da acumulação, a qual podemos identificar como a crise do neoliberalismo. Ou seja, foi causada pela superacumulação de capital fictício e desencadeada pela inadimplência das hipotecas das famílias pobres estadunidenses, sem condições de pagar. Essa crise financeira global foi sintomática do neoliberalismo. No seu fundamento podemos constatar a centralidade das finanças na reprodução da vida econômica e social e o empobrecimento sistemático dos trabalhadores (Saad Filho, 2023).

A crise – a maior da história do capitalismo, desde a grande depressão de 1929 – teve início nos Estados Unidos, após o estouro da bolha especulativa dos empréstimos subprimes no mercado imobiliário estadunidense. Essa bolha foi alimentada pela expansão do crédito bancário e foi potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros (Thorstensen, *et al.* 2019).

Reinaldo Carcanholo (2009), a partir de uma análise fundada na teoria do valor de Marx, propôs, no calor dos acontecimentos, que não estávamos diante de uma simples crise financeira. Aquela crise era resultado de um longo período de desregulação do capital especulativo. E aquele momento era o início de um processo mais profundo de colapso de uma etapa específica do capitalismo.

É relevante compreender que nos Estados Unidos, berço da crise, o Federal Reserve (FED) empregou todos os meios para socializar as perdas do capital, salvando o mercado financeiro. É bastante ilustrativo o pronunciamento do então Presidente estadunidense George W. Bush, em 24 de setembro de 2008, para explicar ao povo daquele país, porque gastou US\$ 700 bilhões em uma semana ao socorrer bancos à beira da falência:

Eu acredito muito na livre iniciativa, por isso o meu instinto natural é se opor a intervenção do governo. Eu acredito que as empresas que tomam más decisões devem sair do mercado. Em circunstâncias normais, eu teria seguido esse curso. Mas estas não são circunstâncias normais (Bush, 2008 *apud* Balieiro, 2013).

Com isso, o tesouro estadunidense se viu obrigado a abrir os cofres para salvar outros bancos e evitar ainda mais pânico, após a falência do Lehman Brothers. O esforço de salvamento do sistema financeiro daquele país contemplou mecanismos que foram desde a injeção de capital, compra de ativos, até o resgate de instituições financeiras.

A crise financeira se desdobrou, afetando o conjunto da economia mundial capitalista. Iuri Tonelo (2021) propõe a seguinte divisão para os momentos de desdobramentos internacionais da crise: a queda abrupta (2007–2008), os planos de austeridade (2010–2011), crise dos chamados emergentes (2012–2015), queda do preço das *commodities* (2014) e, podemos acrescentar, a crise sanitária (2020–2022).

Assim sendo, a crise financeira internacional impactou um conjunto de países europeus. Com isso, várias instituições financeiras (detentores dos títulos subprime) tanto nos Estados Unidos como na Europa foram à falência (Thorstensen, *et al.* 2019). Na Europa, sobretudo a partir de 2010, a crise tomou a forma de crise das dívidas soberanas, em que os PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), segunda expressão depreciativa criada a época, foram os mais atingidos.

Essa segunda etapa da crise foi resultado das medidas adotadas pelos Estados, salvando os bancos, na primeira etapa. O caso grego foi o mais emblemático, diante de sua insolvência em 2010. Daí em diante, um após o outro, esses países viram-se compelidos a solicitar resgates às instituições da União Europeia, sob a influência das políticas de seus sócios mais poderosos, com destaque para a Alemanha (Miranda; Carcanholo, 2021).

A crise não ficou restrita aos países centrais. As economias dependentes⁶, entre as quais o Brasil, que vivenciaram uma conjuntura favorável entre 2002 e 2007, foram impactadas mais adiante. Marcelo Carcanholo (2018) indica dois elementos importantes desse cenário favorável (pré-2008): o primeiro está associado a expansão do crédito internacional, que possibilitou uma considerável entrada de capitais, permitindo, inclusive, um acúmulo de reservas internacionais nesses





países; e um segundo elemento vinculado ao comércio internacional e a expansão das exportações, sobretudo de *commodities*. Entretanto, diante do aprofundamento da crise internacional, esse panorama se modificou. A partir daí, as economias periféricas foram obrigadas a conviver com instabilidade cambial, redução no estoque das reservas internacionais, redução nos preços das *commodities* e desaceleração do volume exportado (Carcanholo, M., 2018).

É interessante notar que o cenário favorável possibilitou, a partir de arranjos muito particulares em cada país, um conjunto de governos (com maior ou menor grau de retórica) críticos ao neoliberalismo na América Latina. Esses países apoiaram-se no cenário externo favorável, devido aos elevados preços das *commodities* exportáveis, e à elevada demanda, particularmente por conta da China, enquanto grande compradora.

No Brasil identificamos essa experiência como neodesenvolvimentista. O neodesenvolvimentismo está associado à retomada do crescimento econômico, após baixíssimos níveis nas décadas anteriores, ao aumento do salário-mínimo, após décadas de arrocho, e aos programas de transferência de renda que produziram uma melhora nas condições de vida das classes trabalhadoras e subalternas. Esse momento expressou uma tentativa de conciliação de classes entre o grande capital financeiro internacional e nacional que se manteve como fração hegemônica, uma burguesia interna com frações que melhoraram sua posição no bloco no poder, entre elas se destacam as ligadas ao agronegócio e a construção civil e também as classes subalternas – que antes viviam o desemprego e a miséria absoluta passaram à condição de pobreza com algum consumo, seja pelo mínimo de acesso a serviços públicos, ou pela melhora no nível de renda da população mais pobre através do aumento do nível emprego (mesmo que informal e precarizado, em muitos casos) ou com os programas de transferência de renda (Santos, 2021).

Contudo, o avançar da crise econômica trouxe à tona rachaduras no projeto de conciliação de classes neodesenvolvimentista. A de-

saceleração econômica somada ao cenário internacional desfavorável teve como resultado a redução das taxas de lucro, gerando expressivos impactos negativos na acumulação de capital no Brasil. Os dados compilados por Pinto *et al.* (2016) demonstram que a rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE %)⁷ das 500 maiores empresas não bancárias, que tiveram uma média de 10,1% ao ano no segundo mandato de Lula (2007-2010), foi de 5,3% no primeiro mandato de Dilma (2011-2014). Ou seja, a rentabilidade média das principais empresas de capital aberto do país caiu pela metade.

Devemos nos reportar, ademais, à desaceleração econômica da China e às políticas de austeridade da Europa, em decorrência da crise de 2008, que resultaram em um processo de desordem da acumulação capitalista global. Poderíamos dizer, em termos keynesianos, que impactou negativamente a demanda agregada mundial, gerando dificuldades na realização do mais-valor das mercadorias, em termos marxistas. Essa situação impactou o Brasil, gerando uma reversão dos termos de troca do Brasil com o resto do mundo, caindo em 21% entre 2011 e 2015, impactando negativamente a renda e o balanço de pagamentos (Pinto *et al.*, 2017).

A tabela 1, traz informações sobre a taxa de lucro⁸ das 500 maiores empresas de Capital aberto no Brasil entre os anos de 2010 e 2020.

Tabela 1 – Evolução da Taxa de Lucro das 500 Maiores Empresas Privadas de Capital Aberto (em %) – Brasil (2010-2020)

Anos	Taxa de Lucro Setor Privado	Taxa de Lucro Empresas Não Financeiras	Taxa de Lucro Bancos Privados
2010	13,6	16,3	15,4
2011	12,4	14,0	15,1
2012	7,8	8,3	13,1
2013	7,7	6,4	13,7
2014	7,0	8,6	15,4
2015	1,2	-0,9	18,8



2016	7,2	7,4	15,0
2017	8,6	8,9	15,0
2018	13,4	13,9	16,9
2019	11,7	8,0	18,4
2020	9,2	8,8	13,5

Fonte: Jabbour et al. 2022, p. 185. Elaborado através da Economática.

O gráfico 1, a seguir, ilustra os dados da tabela 1.

Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Lucro das 500 Maiores Empresas Privadas de Capital Aberto (em %) – Brasil (2010-2020)



Fonte: Jabbour et al. 2022, p. 185. Elaborado através da Economática.

Analisando os dados, a partir de 2012 percebemos uma queda expressiva na taxa de lucro, especialmente das empresas não financeiras – visto que as instituições financeiras privadas mantêm sua lucratividade elevada em todo o período analisado. Em 2015 o contraste entre o lucro bancário e não bancário fica explícito, quando as empresas não financeiras tiveram uma queda, marcando uma taxa de lucro de - 0,9%, contra 18,8% de taxa de lucro dos bancos privados. A partir de 2016, a taxa de lucro das empresas não financeiras passou por uma recuperação.

Quanto ao PIB, 2012 também é um ano marcante. Pode-se constatar uma queda no crescimento do PIB, neste ano, chegando a valores negativos em 2015 e 2016, -3,5% e -3,3%, respectivamente. A partir de 2017 há crescimento, mas muito baixo, não chegando aos 2% ao ano. Voltando a ter uma queda expressiva em 2020, diante da pandemia (Jabbour *et al.*, 2022).

Na crítica da economia política formulada por Karl Marx, fica claro que o modo de produção capitalista não visa a satisfação das necessidades humanas, mas a valorização cada vez maior do capital. Nesse sentido, o capital precisa autovalorizar-se incessantemente, requerendo extrair o máximo de mais-valor (Souza, 2013). Essa necessidade de valorização devido a um conjunto de contradições⁹ leva uma tendência decrescente da taxa de lucro.

Poderíamos nos questionar, então, que conexão há entre a lei da queda tendencial da taxa geral de lucro com a crise? Considerando que o lucro é barreira ao desenvolvimento das forças produtivas, e é o principal indicador a ser observado pelos capitalistas, a queda da taxa geral de lucro produz como resultado uma redução do ritmo da acumulação de capital caindo o investimento – à medida que a taxa de lucro declina, observa-se uma redução na demanda dos capitalistas por meios de produção, ao mesmo tempo em que ocorrem dispensas de trabalhadores e/ou a redução de seus salários – e, consequentemente, um rompimento com a unidade entre o processo de produção e o de circulação, provocando, por sua vez, a superprodução ou a crise (Souza, 2013).

A origem da crise reside na busca incessante, por parte dos capitalistas individuais, pela apropriação máxima de mais-valor. Esse processo, intrinsecamente contraditório, desencadeia disfuncionalidades que incidem diretamente sobre as próprias condições de produção desse mais-valor. Em essência, aprofunda-se a contradição fundamental entre a produção e a apropriação (Miranda; Carcanholo, 2021).





Foi nesse cenário que surgiu, no Brasil, como possível resposta à crise e, mais particularmente, à tendência decrescente da taxa de lucro, o documento *Uma Ponte para o Futuro*, do então PMDB – partido de Temer, vice de Dilma –, ao qual propunha “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento” (PMDB, 2015, p. 2), sendo, na prática, uma espécie de “Consenso de Washington” subalternizado do século XXI, no qual o PMDB sistematiza um aprofundamento do projeto neoliberal.

A despeito da guinada a uma agenda neoliberal, de ajustes, o segundo governo Dilma (2015–2016) tentou preservar a lógica petista de governar. A tentativa de conciliação de classes ainda estava lá. Para ilustrar, podemos ter em conta o salário-mínimo real: em 2015 ele cresceu 2,46%, enquanto nos anos seguintes do governo de Temer (2016–2018), por exemplo, em termos reais diminuiu 0,10% em 2017 e 0,25% em 2018. Contudo, a crise econômica era imperativa e o Estado deveria escolher aqueles que iriam perder, o cenário não permitia mais uma busca de um jogo do tipo ganha-ganha (Santos, 2021).

No Brasil, o desdobramento da crise econômica, no bojo de uma crise orgânica, trouxe à tona as rachaduras das contradições do projeto de conciliação de classes neodesenvolvimentista dos governos petistas que resultou no Golpe de 2016 e a destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República. Com isso, a partir da percepção que o golpe institucional parlamentar deu-se num contexto de crise orgânica, no sentido proposto com Antonio Gramsci (2016) – crise econômica, crise social, crise política e crise institucional – entendemos que o golpe de 2016 fez parte do esforço de recompor o regime político pela direita, mas não só isso, serviu para o capital repassar a conta do ajuste para a classe trabalhadora através de mais neoliberalismo, ou ultraliberalismo.

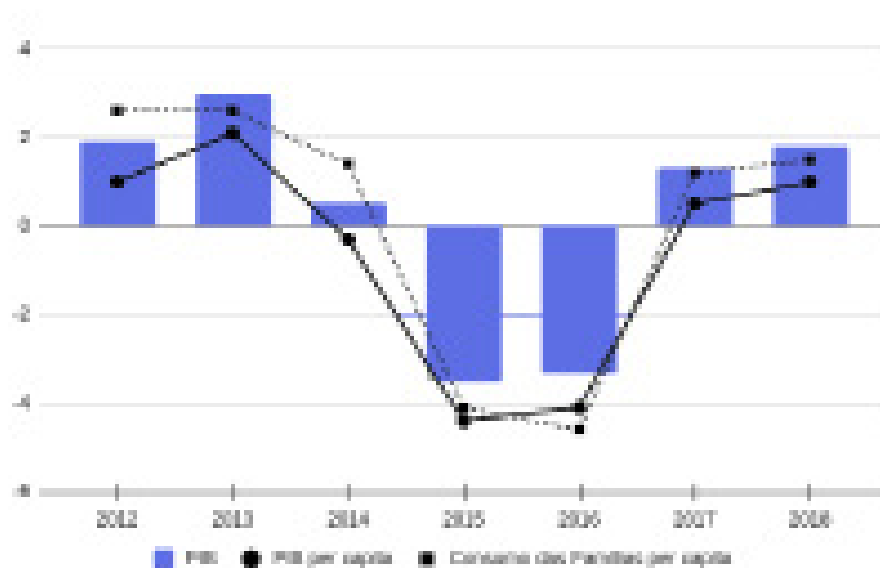
As Determinações do Ajuste Permanente: aspectos da precarização e regressão social no Brasil

Em nossas pesquisas e nos dados empíricos disponíveis na bibliografia sobre a crise brasileira a partir de 2008 é evidente as mutações

no "modelo de desenvolvimento" do capitalismo dependente do país, que se constitui como a síntese recente da economia política da crise, acelerada a partir de 2014 e representa, por assim dizer, "a síntese da 'herança maldita' da transição democrática da Nova República, com seus limites estruturais no plano da organização do poder político de classe" (Fernandes, 2008). Os dados empíricos são incontestes:

Segundo as informações apresentadas no Gráfico 2, exibimos os resultados médios anuais, desde 2012, de três indicadores fundamentais: a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB), do PIB per capita e do consumo das famílias. Essas informações demonstram que as taxas acumuladas de crescimento apresentaram variações negativas acumuladas ao longo da série histórica, segundo dados do IBGE.

Gráfico 2 – Taxa de variação anual em volume do PIB, do PIB per capita e do Consumo das famílias per capita (em %) – Brasil (2012-2018)



Fonte: IBGE, Sistemas de Contas Nacionais 2010-2021.

Os registros indicam que o país já vinha perdendo participação em relação ao PIB mundial desde o princípio do decênio. Em 2012, a economia cresceu 0,9%, em 2013, 2,49% e 0,1%, em 2014 (Gonçalves,



2013; Cano, 2014; IPEADATA). Essa tendência de desaceleração da economia fez com que a renda *per capita* ficasse estagnada, precipitando a crise no último mandato de Rousseff. Não menos importante é o impacto da crise no consumo das famílias, que sofreu uma queda brusca em 2015, seguindo a tendência do PIB *per capita*.

Um dado interessante, é que diante do contexto de crise e queda da taxa de lucro, o Brasil nos anos que antecedem o golpe de 2016, estava funcionando a pleno emprego – a partir de 2008, foram aplicadas medidas anticíclicas visando garantir o emprego, alinhando-se com a perspectiva keynesiana de intervenção estatal como meio de estabilização econômica. Para ilustrar, podemos identificar que a taxa de desemprego média para o ano de 2014 – cujo crescimento do PIB foi de apenas 0,5 – estava em 4,8% da População Economicamente Ativa, ou seja, a menor taxa desde o início da série histórica anual, em 2003. Além disso, a partir de 2012 houve um número crescente de greves – 873 greves em 2012, 2.050 em 2013; chegando a 2.093 em 2016, segundo o Balanço das Greves divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Tudo isso leva a uma contradição profunda, de um lado temos a baixa da taxa de lucro e a crise do capital, do outro temos elevado nível de emprego e uma classe trabalhadora mobilizada (ainda que precarizada), o que dificulta a missão do capital de buscar contrapor as baixas taxas de lucro¹⁰. Assim, torna-se essencial ao capital uma nova dinâmica e uma nova correlação de forças entre o capital e o trabalho para recompor seus lucros através do aumento do grau de exploração do trabalho, da compressão do salário abaixo do seu valor e uma superpopulação relativa (exército de reserva).

A partir daí, a pressão do capital sob o governo abriu caminho para um ajuste financeiro sem precedentes e a imposição de um pacote de medidas contra os direitos dos trabalhadores e as pautas democráticas (Gomes, 2020).

Como se sabe, a crise política com o episódio do *impeachment* de Rousseff, eleva o patamar da recessão econômica do país. Calculando uma média móvel de sete anos, o período 2014–2020 foi o pior, em termos de crescimento econômico desde o início do século XX, com uma queda média anual de 1,3% durante esse período. Com a recessão de 2020, a década ficou estagnada com a taxa média de crescimento real do PIB (–0,1%), segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (Stampa; Rodrigues; Gomes, 2021, tradução nossa).

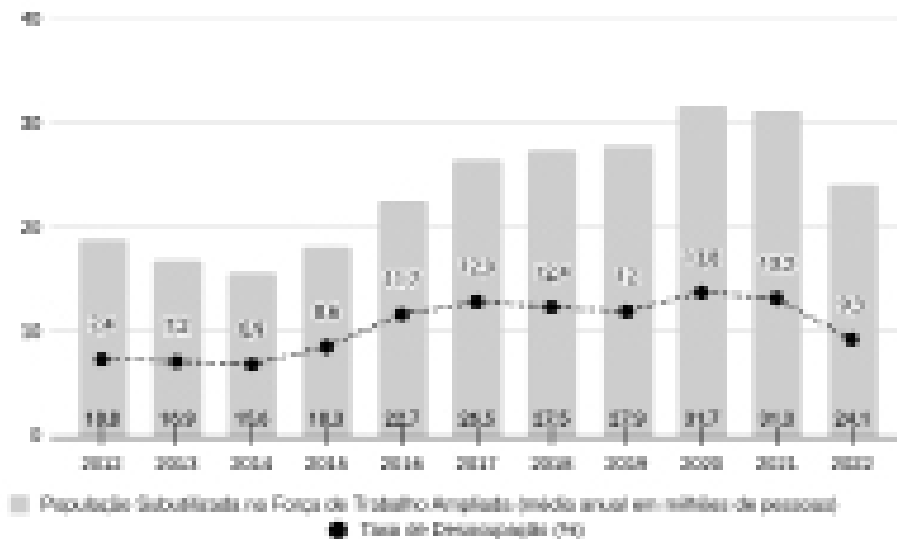
Essa agenda (ultra)neoliberal ganhou notoriedade no país, através d’*Uma Ponte para o Futuro*, com destaque para o Novo Regime Fiscal (2016), (contra)reforma Trabalhista (2017) e (contra)reforma Previdenciária (2019) e tantas outras iniciativas que visavam contrabalançar a tendência de queda da taxa de lucro. O pacote de medidas, afere uma série de ataques ao conjunto dos direitos dos trabalhadores, com vistas a recompor as condições de sobrevalorização do capital, por meio do aumento da exploração do trabalho, com destaque para a reforma trabalhista que instituiu e regularizou novas formas de contratação, maior flexibilização, salário, demissões, férias, jornada de trabalho, entre outros. Uma política econômica que aprofundou a recessão, e tem por consequência vultosos *déficits* e o aumento da dívida pública, o que justifica o assalto ao Estado brasileiro e as contas públicas. Só em 2015, o *déficit* primário foi para R\$ 114 bilhões e o *déficit* nominal foi para R\$ 616 bilhões (representando mais de 10% do PIB) (Alves, 2017).

Com relação ao mercado de trabalho, o gráfico 3 ilustra o crescimento de forma contínua da taxa de subutilização da força de trabalho, a partir de 2014, chegando a 22,7 milhões de pessoas em 2016, atingindo o ápice em 2020 com 31,7 milhões de trabalhadores subutilizados (IBGE, 2022).





Gráfico 3 – Taxa de Desocupação (em %) e População subutilizada na força de trabalho ampliada (média anual em milhões de pessoas) – Brasil (2012-2022)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua (2023)

A síntese de indicadores sociais do IBGE (2023), demonstra o tamanho do desastre no mercado de trabalho no cenário da crise brasileira, que promoveu um aumento expressivo na taxa de desocupação, a partir de 2015. Marcando, conforme a média anual, taxas de 11,7% em 2016, 12,9% em 2017 e atingindo o auge em 2020 com 13,8% da força de trabalho desocupada.

Para dimensionarmos, em 2012, no Brasil havia 35,2 milhões de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada. Em 2014 este contingente atingiu o patamar de 37,6 milhões, o mais alto da série histórica. Contudo, entre 2015 e 2018 houve queda brusca em todos os anos. Em 2019 a trajetória decrescente foi interrompida com a expansão de 486 mil empregos, atingindo o patamar de 34,5 milhões de trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Todavia, no ano de 2020, esse indicador apresentou sua maior queda (6,9%), recuando a 32,1 milhões de trabalhadores, decorrente do impacto da Pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho (IBGE, 2023).

Entre 2015–2019, observou-se uma tendência drástica de desvalorização da força de trabalho, em função da Lei da Terceirização (2017), Reformas Trabalhista (2017) e da Previdência (2019), agravada ainda mais com a pandemia da Covid-19. Só no terceiro trimestre de 2020, mais de 897 mil postos de trabalho foram fechados no país. A taxa de desemprego bateu recorde, atingindo mais de 13,5 milhões de pessoas. A cada 100 brasileiros desempregados, 37 eram jovens (PNAD contínua, 2021).

Com a reforma trabalhista, a precarização do trabalho se torna ainda mais aviltante, sobretudo com a criação do contrato de trabalho intermitente. Nessa modalidade, conhecida como contrato de zero hora, o trabalhador fica à disposição do empregador, aguardando, sem remuneração, um chamado para trabalhar. Dados do DIEESE (2023, p. 1), demonstraram que “[...] 20% dos vínculos intermitentes firmados em 2021 não geraram trabalho ou renda. (...) Ainda em dezembro, a remuneração foi inferior a um salário mínimo em 44% dos vínculos intermitentes que registraram trabalho”.

Outro elemento muito significativo sobre o tamanho da regressão social do trabalho é o fim de todas as vinculações de receitas, comprometendo especialmente o financiamento da Educação e da Saúde. A proposta do Novo Regime Fiscal é que os benefícios sociais não tenham um aumento real, para não pressionar o orçamento. A distorção é mais grave com o fim da política de valorização do salário mínimo:

Segundo o documento, é indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo. O salário mínimo não é um indexador de rendas, mas um instrumento próprio do mercado de trabalho. Os benefícios previdenciários dependem das finanças públicas e não devem ter ganhos reais atrelados ao crescimento do PIB, apenas a proteção do seu poder de compra”. O objetivo claro desta proposta é diminuir os salários, quebrando a regra atual de reajuste do salário mínimo. O salário mínimo, que se valorizou em termos reais mais de 70% nos últimos anos, voltará a comprar cada



vez menos. O objetivo desta medida é a revisão dos ajustes do salário mínimo para baixo, visto que parte da grande burguesia acredita que esta medida vem levando à deterioração dos lucros (OutrasPalavras, 2016, s/p).

A consequência imediata dessas políticas de ajuste, aprofundadas nos governos conservadores de Temer e Bolsonaro, recai sobre o poder aquisitivo da classe trabalhadora, interferindo no seu poder de compra e na piora das condições de vida da população em todo o país. O reajuste do salário mínimo em 2020 não atingiu sequer 1/5 estabelecido pela Constituição de 1988, conforme cálculo do DIEESE.

Conforme a PNAD Contínua 2021, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita em 2021 foi o menor valor da série histórica iniciada em 2012. A massa do rendimento mensal real domiciliar per capita caiu 6,2% em todas as fontes de renda, chegando a R\$287,7 bilhões em 2021, seu segundo menor valor desde 2012 (R\$279,9 bilhões). Entre as regiões, o Nordeste segue com o menor rendimento médio mensal domiciliar per capita (R\$843) e a maior taxa de desocupação (10,9%) (IPEA, 2023).

Essa é a agenda econômica da crise brasileira que acompanha a tendência mundial de expropriação da força de trabalho, aumento da exploração através do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho e precarização das condições de trabalho, como funcional para a acumulação do capital e a tentativa de contrabalançar a tendência de queda da taxa de lucro. “Este aspecto merece especial atenção porque significa que parte expressiva da rentabilidade do capital portador de juros está assegurada por meio de salários e rendimentos de trabalhadores (BRETTAS, 2017, p.71).

Todos esses indicadores, nos permitem inferir que a economia brasileira está há décadas no circuito produtivo do grande capital transnacional, dando prioridade e atenção às requisições dos procedimentos do mercado externo em detrimento do mercado interno, aprofundado com a crise econômica do país.



Por fim, é importante destacar que não só as condições estruturais, mas também as conjunturais, sombreadas pela crise da economia mundial, se põem como uma questão objetiva aos ajustes financeiros do capitalismo periférico, que sob as condições atuais do imperialismo estadunidense, reforça o caráter depende da região na divisão internacional do trabalho.

Considerações Finais

No artigo, vimos que a crise na periferia do capital impõe uma política econômica de mais austeridade, projetando além de tudo, a ilha da fantasia dos ativos financeiros cada vez mais caros e financiados por interesses supostamente duvidosos para movimentar a acumulação (Gomes, Alcântara, Carvalho, 2021).

Por conseguinte, consideramos que em resposta à crise, os governos do Brasil, especialmente após 2016, aplicaram a política macroeconômica neoliberal imposta pelo FMI, sistematizada internamente no programa *Uma Ponte para o Futuro*. As consequências desse processo têm sido um ajuste no sentido de contornar a crise atacando os direitos dos trabalhadores, redução do acesso a serviços públicos e subtração do financiamento de direitos sociais.

Na prática, a realidade se torna mais complexa, porque a crise de valorização do capital, levado às últimas consequências pela internacionalização da produção, exige uma alteração da acumulação de capitais na república financeira brasileira, fazendo avançar as linhas de força do imperialismo no país, alinhados ao avanço da direita. Com isso, os reflexos dessa política incidiram não só no padrão de esgotamento do financiamento público para as políticas sociais ao longo dos últimos anos, mas em crescente endividamento do Estado.

Esses elementos nos ajudam a compreender como as medidas do ajuste permanente obedecem aos objetivos do capital financeiro, anuindo a valorização do capital por meio do rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho, aprofundando com isso, a desigual-



dade social com a criação de uma massa de trabalhadores cada vez mais supérfluos e precarizados.

Como se pode observar da exposição que fizemos, a crise do capitalismo sob a lógica financeira, explora e aumenta a lógica da flexibilidade e precarização, com particularidades muito contundentes no Brasil e o desmoronamento súbito do ciclo progressista no país a partir de 2015. A resposta à eclosão da crise veio com o mais forte retorno ao ajuste ultraneoliberal com o impeachment de Rousseff, orquestrado pelo partido de Michel Temer que concretizou uma política econômica extremamente dura contra os direitos dos trabalhadores e as instituições democráticas do país.

O fato é que a crise e a internacionalização da divisão internacional do trabalho, alterou o padrão de acumulação que se agrava com a Covid-19, o que levou a movimentação burguesa por meio de suas frações de classe, a redefinir suas estratégias em escala planetária, reabrindo um período histórico de regressão social em todos os quadrantes (Gomes, 2022). Daí porque se coloca o desafio de analisar, posteriormente, o terceiro governo Lula num cenário distinto daquele dos anos 2000, em que o capital, diante da crise, demanda escolha e não dá margem para a conciliação de classes, que marcou o neo-desenvolvimentismo petista de outrora.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. O rombo nas contas públicas no governo Michel Temer. **EcoDebate**. 21 ago. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/08/21/o-rombo-nas-contas-publicas-no-governo-michel-temer-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> Acesso em: 22 de mar. 2023.

BALIEIRO, Fabiana. O mundo depois da crise de 2008. **Época Negócios**, 02 set. 2013. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Vi-sao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html> Acesso em 19 jan. 2024.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, v. 34, n. 17, p. 53-76, 2017.

CANO, Wilson. **(Des)industrialização e subdesenvolvimento**. Campinas: IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 244, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro. In: MACARIO, Eptácio (org.) **Dimensões da crise brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo. A atual crise do capitalismo. **Crítica marxista**, v. 29, p. 49-55, 2009.

DIEESE. **Boletim Emprego em Pauta**. n. 25 – maio de 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2023/boletimEmpregoemPauta25.html>. Acesso em 11 de jan. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

GOMES, Cláudia. Crise e dependência: as contradições do (neo)desenvolvimento econômico no capitalismo periférico. In: Cláudia M. Costa Gomes. (Org.). **A crise e os limites históricos do capitalismo**: o lugar das políticas sociais no torvelinho potencial da crise brasileira. 1ªed. Curitiba, Appris, 2020, p. 87-128.

GOMES, Cláudia. **Crise e Dependência**: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016. Projeto de Pesquisa Produtividade CNPq, 42fs. 2022. (Relatório).

GOMES, Cláudia Maria Costa; LIMA, Fabiana Alcântara; DE CARVALHO, Liana Amaro Augusto. Crise do capital e precarização do trabalho: o Brasil em tempos de Covid-19. **O Social em Questão**, n. 49, p. 149-172, 2021.

GONÇALVES, Hugo Feitosa. **A economia política brasileira contemporânea**: Estado, formação econômico-social e contrarreformas neoliberais – conflitos de classes e bloco no poder. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023, 239p.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** – Vol. 3: Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, p. 1-30, 2007.

IBGE. **Pnad Contínua**. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2022/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2022.pdf

IBGE. **Pnad Contínua 2021**. Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012. Agência IBGE Notícias. 10/06/2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>

IPEADATA www.ipeadata.gov.br. Consulta em 02/01/2022.

IPEA. **Políticas Sociais** – acompanhamento e análise. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12167/58/BPS_30_Trabalho_e_Renda.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

JABBOUR, Elias; PINTO, Eduardo Costa; DANTAS, Alexis Toribio. Da “guerra de todos contra todos” ao projeto nacional-civilizatório. **Princípios**, v. 41, n. 165, p. 179-200, 2022.

MARCONSIN, Cleier; FORTI, Valéria; MARCONSIN, Adauto. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: debatendo a flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, v. 14, n.2, p. 23-46, jan./jun. 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro 1: O processo de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política: Livro 3: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, Flávio; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crítica da Economia Política da crise pandêmica. In. LOPEZ, Alejandro; RONELLI, Gabriela; CASTIGLIONI, Lucas (org.). **Crisis capitalista mundial en tiempos de pandemia**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

MONTORO, Xabier Arrizabalo. **Capitalismo e Economia Mundial**: Bases teóricas e análise empírica para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI. Trad. Cláudia Gomes *et al.* 1ª ed. São Paulo, Hucitec; Nova Palavra, 2023.

OUTRASPALAVRAS. **Temer e sua Ponte para o Passado**. Publicado em 04/04/2016 por Fernando Marcelino. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/temer-e-sua-ponte-para-o-passado/>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; BALACO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; NOGUEIRA, Isabela. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. **Texto para discussão** – Instituto de Economia da UFRJ/Brasil, n. 4, 2016.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos.; BARUCO, Grasiela. A guerra de todos contra todos: a crise brasileira. **Texto para discussão** – Instituto de Economia da UFRJ/Brasil, n. 6, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo. **A Era das Crises: Neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

SANTOS, Nivalter Aires dos. **A Questão Nordestina na formação econômico-social brasileira**: reflexões sobre o Estado, as lutas de classes e o desenvolvimento desigual. Tese (doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

SOUZA, Nilson Araújo de. Teoria Marxista das Crises, Padrão de Reprodução e “Ciclo Longo”. In. ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 189–214.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente; GOMES, Cláudia. Capitalismo, Estado y Políticas Sociales en Brasil en tiempos de crisis. **Revista de Trabajo Social**. n. 95. 2021.

THORSTENSEN, Vera Helena; RATTON, Michelle; COELHO, Alexandre Ramos. O quadro regulatório do sistema financeiro internacional. **Textos para discussão**. FGV. n. 518, FGV EESP, 2019.

TONELLO, Iuri. **No Entanto, Ela Se Move**: A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.



Notas

- 1 Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com Pós-doutorado em Economía Internacional y Desarrollo na Universidad Complutense de Madrid. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET-UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9366-3107>. E-mail: claudia.gomes@academico.ufpb.br
- 2 Economista. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5947-5903>. E-mail: aires.nivalter@gmail.com
- 3 Pesquisas com financiamento e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa de Produtividade e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
- 4 O processo de reconstrução das bases do processo de acumulação, diante da crise, ficou marcado pela busca de novos espaços de valorização do capital acumulado em excesso. Essa resposta do modo de produção, conforme propõe Marcelo Carcanholo (2018, p. 25), contemplou: I. reestruturação produtiva; II. reformas estruturais nos mercados de trabalho; III. aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais; IV. expansão dos mercados; e V. mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, a partir do que Karl Marx chamou de capital fictício.
- 5 Reinaldo Carcanholo (2009) chama a atenção para a dialética do capital fictício e dos lucros fictícios para entender a etapa especulativa e parasitária do capitalismo. Para entendermos o capital fictício, devemos considerar que com o desenvolvimento do capital portador de juros no capitalismo avançado, algumas categorias de títulos transformam-se capital ilusório ou fictício através do processo de capitalização. Ou seja, algumas formas de rendimento que aparecem como provenientes de capital portador de juros provém, na verdade, de capital fictício – promessa de apropriação de uma fração de valor ainda não produzida. Isso significa que esses títulos, dentro de certos limites, tem uma correspondência real, mas o volume de capital fictício cresce ou diminui por razões independentes do seu fundamento real, de maneira que parcela dele pode ter existência puramente ilusória do ponto de vista da totalidade, ainda que tenha existência real e movimento próprio. Esse capital fictício torna-se capital especulativo quando ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial. (Carcanholo, R.; Nakatani, 1999; Carcanholo, M., 2018).

- 6 As economias dependentes se estruturam em consonância com as condições, oportunidades e limitações impostas pelo mercado mundial (Fernandes, 2008), à medida que esses países veem suas economias subjugadas pelo desenvolvimento e expansão de outras nações. A dependência impõe uma determinada estrutura interna, refletindo a dinâmica do capitalismo global e a inserção dessas economias ocorre de forma subordinada na divisão internacional do trabalho. Esse contexto revela uma complexa rede de interdependência, em que as economias dependentes enfrentam desafios decorrentes de sua posição subalterna na economia mundial.
- 7 Pinto et al. (2016) utiliza o Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE%) como indicador representativo da taxa de lucro. O ROE é calculado pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido da empresa.
- 8 Não fica claro em Jabbour *et al.* (2022) qual a metodologia empregada para calcular a taxa de lucro. Contudo, está indicado como fonte a ferramenta Economatica, que consiste num sistema de análise e investimentos sobre mercados de capitais que operam em bases de dados de grande largura das principais economias da América Latina e EUA.
- 9 De maneira concisa, pode-se afirmar que a necessidade de valorização do capital impulsiona uma revolução nos métodos de produção, visando aumentar a produtividade. O grau de produtividade do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em mercadorias durante um tempo dado, com a mesma tensão de força de trabalho. A busca pelo aumento da produtividade não só aumenta o volume dos meios de produção utilizados pelo capitalista, mas diminui o valor dessas mercadorias produzidas. O desenvolvimento das forças produtivas, então, ao ampliar a massa e a taxa de mais-valia, acelera a acumulação de capital. No entanto, o resultado desse avanço nas forças produtivas e o consequente aumento na composição orgânica do capital é a tendência à queda da taxa de lucro. (Marx, 2013; Marx, 2017).
- 10 Marx (2017) indica esses elementos como contratendências à lei da queda da taxa de lucro: I. aumento do grau de exploração do trabalho; II. compressão do salário abaixo do seu valor; III. barateamento dos elementos do capital constante; IV. a superpopulação relativa; V. o comércio exterior; e IV. aumento do capital por ações. Esses fatores atuam no sentido de contrabalançar essa tendência, sem, contudo, eliminá-la.

